

## Procedimentos para Liberação de Veículo

No dia 26 de Dezembro de 2013, foi instituído a Instrução Normativa Nº 21, onde no Art. 13; § 2º Os veículos a serem utilizados no transporte de produto florestal devem ser previamente cadastrados no Sistema DOF, a partir do CTF do respectivo proprietário. § 3º Se constatada irregularidade no uso do veículo, o órgão ambiental poderá desabilitá-lo para futuras emissões de DOF. § 4º Em caso de perda total ou indisponibilidade permanente do veículo para o transporte de produtos florestais, o proprietário deverá requerer ao órgão ambiental competente a baixa definitiva do veículo.

### Documentos Necessários:

1. REQUERIMENTO PADRÃO DOF (ANEXO);
2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CTF;
3. CARTÃO DE CNPJ OU CPF;
4. ALVARÁ DA PREFEITURA;
5. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA QUALIDADE DE REPRESENTAÇÃO LEGAL;
6. CONTRATO SOCIAL;
7. PROCURAÇÃO, COM RECONHECIMENTO DE FIRMA. ACOMPANHADA DE CPF E IDENTIDADE, SE COUBER;
8. CÓPIA DO CRLV ( CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO).

## REQUERIMENTO

Conforme a Lei Federal nº 12.651, de 25 de Maio de 2012, no que dispõe o Artigo 35 e 36 que prevêm que o “controle da origem da madeira, do carvão e dos outros produtos ou subprodutos florestais incluíra sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do Sisnama”, e que “o transporte, por qualquer meio, e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos e subprodutos florestais de espécies nativas, para fins comerciais ou industriais, requerem de licença do órgão competente do Sisnama”. Conforme Instrução Normativa Nº 21 de Dezembro de 2014, no qual dispõe o artigo 31 onde prevê que “O Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela portaria MMA Nº 253, de 18 de agosto de 2006, constitui licença eletrônica obrigatória para o transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo informações sobre a procedência desses produtos, nos termos do art. 36 da Lei Nº 12.651, de 2012”.

### 1. TIPO DE SOLICITAÇÃO

☐ Homologação de Pátio

☐ Suspensão de DOF

☐ Homologação de AUTEX

☐ Liberação do Veículo

☐ Desbloqueio de Pátio

☐ DOF Especial

☐ Entrega Forçada de DOF

☐ Ajuste Administrativo do Pátio

☐ Estorno de DOF

### 2. PROPRIETÁRIO / EMPREENDEDOR (REQUERENTE)

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Município/UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Fone: ( ) \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual: \_\_\_\_\_

Nome para Contato: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

### 3. DADOS DA SOLICITAÇÃO

Nome do Pátio: \_\_\_\_\_

Endereço do Pátio: \_\_\_\_\_

Município/UF: \_\_\_\_\_ Número do DOF: (se couber) \_\_\_\_\_

Justificativa da Solicitação: \_\_\_\_\_

Nos termos acima pede deferimento:

Maceió, de de 201\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente